

A memória cultural como um direito público: o uso dos meios de comunicação na trajetória institucional do IPHAN¹

Welbia Carla Dias

É bacharel em Comunicação Social pela Faculdade de Comunicação e Informação da Universidade Federal de Goiás (FIC/UFG). Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Darcy Ribeiro – (IPHAN/FUNDAR-Rio de Janeiro). Atua como coordenadora adjunta de tutoria na Especialização Interdisciplinar em Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos (EIPDCC\NDH) da UFG. É pesquisadora nas áreas de Comunicação, Cultura e Direitos Humanos e professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG) onde ministra disciplinas para o curso de Cinema e Audiovisual.

INTRODUÇÃO

Durante a realização de atividades teóricas e práticas relacionadas ao Programa de Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural no âmbito da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Estado de Goiás, entre os anos de 2010 a 2012, percebi que trilhar um percurso ou construir acessos adequados de valorização da cultura e da preservação do patrimônio cultural é um grande desafio para as instituições públicas e/ou privadas que atuam nesse setor.

Como profissional da área de Comunicação Social, ao chegar à Instituição procurei inteirar-me acerca dos meios de comunicação empregados pelo IPHAN, dos procedimentos, das políticas de gestão de comunicação e informação adotadas pelo órgão para estabelecer um processo de interlocução entre o Instituto, órgãos do governo federal, estadual e municipal, a imprensa local e a sociedade civil.

Foi possível perceber naquele momento que havia alguns problemas, como falhas de comunicação entre o IPHAN-GO e seus diferentes públicos (autoridades governamentais, colaboradores, sociedade civil, imprensa, entre outros), que não compreendiam ou desconheciam o Instituto, suas atribuições e responsabilidades.

¹ O artigo ou o assunto da palestra em questão é a compilação de um dos capítulos da dissertação apresentada pela autora ao curso de Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural, em dezembro de 2012, na cidade do Rio de Janeiro.

Diante desse quadro, tornava-se necessário pensar em ferramentas que pudessem estabelecer um canal de comunicação e divulgação seguro e constante entre o IPHAN-GO e a sociedade.

Vocês devem estar questionando-se: Mas por que a escolha dessa temática? Qual o objetivo de ter desenvolvido uma pesquisa como essa?

No período em que atuei na Superintendência do IPHAN, no Estado de Goiás, era comum ouvir dos técnicos e outros servidores ligados ao Instituto que as pessoas desconheciam o órgão, não sabiam o que a instituição fazia, qual a sua importância e quais os trabalhos que ela desenvolvia ou desenvolve para determinadas comunidades ou para a sociedade de uma forma geral.

Tais relatos intrigavam-me e ao mesmo tempo eu pensava como uma instituição que está chegando aos 80 anos de existência ainda não se fez (re)conhecida dentre a população e até mesmo entre alguns gestores públicos do campo do patrimônio e da cultura?

Ao longo de conversas informais com diversos técnicos do IPHAN, eu os questionava, queria saber a opinião deles sobre esta e outras questões, ou seja, por que eles achavam que a população desconhecia o trabalho do Instituto? Quais eram, a partir do ponto de vista deles, os motivos para a falta de atribuição de valor ou desconhecimento das ações realizadas ao longo de décadas pela instituição? Alguns não explicitavam um motivo específico e outros simplesmente respondiam que as pessoas não conheciam o trabalho do IPHAN por não darem valor à cultura, por não acharem que é importante tomar, registrar um bem cultural. Que tais práticas não tinham a menor importância para eles por não fazerem sentido para suas vidas.

Não satisfeita com as argumentações, comecei a investigar as estratégias e/ou instrumentos de comunicação que o instituto utilizava para tentar uma aproximação com a comunidade, para se fazer percebido ou reconhecido não só como instituição, mas como um órgão público que valoriza os bens artísticos e culturais da nação, que protege, preserva a nossa cultura regional e nacional.

Sabemos que certas ferramentas da comunicação social podem funcionar como mediadores entre as instituições e os grupos sociais, permitindo a participação dos interessados nas decisões públicas e levando essas entidades a

terem de se mostrar cada vez mais visíveis e abertas. Essa situação é de certa forma desafiadora para as instituições, pois gera questões relacionadas a como tornar viável e como administrar essa participação. E ainda, no caso do IPHAN, a como pensar em preservação da memória e do patrimônio cultural sem levar em conta as formas como cada grupo social recebe e significa a leitura dos bens materiais e/ou imateriais enquanto bens de valor patrimonial e cultural.

Essas questões vieram à tona e percebi que para enfrentá-las seria necessário conhecer a trajetória do processo comunicacional do IPHAN e os meios de comunicação que foram ou são utilizados pela Instituição de forma a compreender as especificidades institucionais, no que diz respeito a esse aspecto.

É preciso mencionar que as ferramentas e os meios de comunicação foram compreendidos, no desenvolvimento da minha pesquisa, como produções editoriais institucionais: livros; revistas; catálogos; boletins; informativos; homepages; entre outras formas de promover a imagem institucional e o diálogo entre o órgão federal de preservação do patrimônio cultural, os técnicos da instituição e a comunidade.

Assim, para fins de estudo, delimitei três grandes momentos que são marcos para o processo de legitimação dos usos de meios e das ferramentas da comunicação na trajetória institucional e política do IPHAN: o primeiro refere-se às Publicações do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, designação anterior do IPHAN) e a Revista do Patrimônio; o segundo, é marcado pela experiência do Boletim SPHAN/FNpM; e o terceiro, o momento atual, caracterizado pelo uso de novas tecnologias da informação e comunicação, como o Portal do IPHAN na Internet.

Considero o segundo momento como o mais significativo, pois o Boletim da SPHAN/FNpM difundiu as ideias dos componentes do sistema federal de preservação do patrimônio nacional em notas, reportagens, editoriais e artigos e divulgava para a população e os funcionários públicos as ações e projetos desenvolvidos pelos técnicos da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Fundação Nacional pró-Memória. Além disso, na memória da Instituição, esse veículo ficou associado a uma tentativa de aproximar dos

gestores do IPHAN as comunidades, como também seus funcionários, ao criar um espaço de interlocução.

Antes de discutirmos sobre os três momentos, em específico, apresentarei um breve histórico institucional do IPHAN.

BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi criado em caráter experimental, no governo Getúlio Vargas, em 1936. Rodrigo Melo Franco de Andrade foi designado pelo ministro da educação e saúde, Gustavo Capanema, para organizar e dirigir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Foi, no entanto, somente com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que se regulamentou a proteção dos bens culturais no Brasil.

É interessante destacarmos que, ao longo dessa trajetória institucional, houve mudanças na nomenclatura do IPHAN. De acordo com Fonseca (2005):

“(...) o órgão federal responsável pela proteção do patrimônio cultural brasileiro, foi criado em 1936 com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em 1946 passou a se chamar Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e, em 1970, se transformou em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Após a reforma institucional no Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1979, foi criada a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que, com a criação da Secretaria da Cultura, em 1981, se converteu em Subsecretaria. Com a criação do Ministério da Cultura (MinC), em 1985, voltou a ser Secretaria e foi extinta por decreto no Governo Collor, em 1990. Após a extinção, foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) que, em 1994, voltou a se chamar IPHAN”. (Ibid., p. 32).

Não podemos deixar de ressaltar a importância de Mário de Andrade nesse contexto de criação do IPHAN, pois, em 1936, foi ele quem elaborou o anteprojeto de organização de um serviço público voltado para a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional e foi esse anteprojeto que serviu de fundamento para a elaboração do Decreto-Lei nº 25/37.

A preocupação em valorizar a cultura popular e caracterizar a função social do órgão são traços marcantes no anteprojeto elaborado por Mário de Andrade. Para ele, ao divulgar as produções artísticas, eruditas, populares e criar

condições de acesso a essas produções, estaria contribuindo para a democratização da cultura e para despertar o interesse da população pelas práticas preservacionistas.

Podemos afirmar que no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), os instrumentos de comunicação institucional, como livros, catálogos, revistas, boletins, entre outras formas de promover a divulgação das ações institucionais e as trocas comunicacionais, ganharam relevância já no momento de criação do órgão, em 1937, com a produção da série Publicações do Sphan - que foi editada ao longo dos trinta primeiros anos de fundação do órgão e apresenta, principalmente, estudos sobre objetos da cultura material do país – e da Revista do Sphan - editada também a partir de 1937 e que se estende até os nossos dias, sendo mais conhecida como Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou Revista do Patrimônio.

No decorrer da trajetória histórica e política do IPHAN, tais meios editoriais foram produzidos e utilizados com a finalidade de divulgar informações a respeito dos trabalhos executados pelos gestores do patrimônio cultural, bem como dos valores históricos e artísticos atribuídos aos bens por tais especialistas.

A produção editorial elaborada pelo órgão na “Fase Heróica” - período da administração de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937 a 1967) - serviu como fonte de reflexão sobre uma produção artística brasileira bem específica e muito pouco conhecida entre diversos setores da sociedade.

Foi na “Fase Moderna”, iniciada na gestão de Aloísio Magalhães (1979 a 1982), com a consolidação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional pró-Memória (SPHAN/FNpM), que outra visão do que deveria ser o patrimônio brasileiro começou a fundamentar-se pela via da participação social; foi também nesse período que uma linha editorial representada pelo Boletim SPHAN/FNpM ganhou importância e destaque dentro da Instituição.

O Boletim foi uma publicação institucional produzida bimestralmente, entre os anos de 1979 e 1989, por técnicos da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional pró-Memória, nomes dos órgãos

responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e artístico nacional na época. Ao longo do período citado, foram editados e publicados 46 números.

Já a partir da década de 1990, o uso de novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) pelo órgão federal de preservação do patrimônio cultural, como a página do IPHAN na internet, teve, inicialmente, o objetivo de democratizar e de tornar mais ágeis as informações, bem como dar mais visibilidade às ações e aos trabalhos do instituto.

Como veremos mais adiante, as Publicações Especializadas e a Revista do Patrimônio, o Boletim SPHAN/FNpM e o Portal do IPHAN na internet foram criados para atender demandas e objetivos específicos de acordo com as orientações institucionais e políticas vividas pelo órgão federal de preservação do patrimônio em cada momento histórico.

AS PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS E A REVISTA DO PATRIMÔNIO

A série Publicações do SPHAN teve o primeiro volume publicado em 1937. Como mencionado anteriormente, foi editada ao longo dos trinta primeiros anos de fundação do órgão e apresenta, principalmente, uma reflexão sobre a história da arte e da arquitetura no Brasil. De acordo com Adriana Nakamuta (2006), as publicações compreendidas entre o primeiro até o vigésimo terceiro número da série apresentam discussões sobre uma história da arte e da arquitetura que valorizam, sobretudo, as produções artísticas e os bens materiais remanescentes do período colonial do Brasil.

Salvo o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, que tinha como uma de suas preocupações a valorização da cultura popular, a função social do órgão e a comunicação com o público - a produção editorial do período da administração de Rodrigo Melo Franco de Andrade serviu como fonte de reflexão sobre uma produção artística brasileira específica e pouco conhecida entre setores mais populares da sociedade.

Por meio das linhas editoriais do próprio SPHAN, Rodrigo e os intelectuais que detinham poder de atuação no campo cultural “conseguiram consolidar uma

perspectiva bastante particular acerca do que seria o patrimônio cultural representativo da memória dos brasileiros” (SANTOS, 2010, p. 33).

Além disso, podemos apontar uma crítica a partir do Artigo 1º do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que regulamenta a proteção dos bens culturais no Brasil. Segundo este Artigo, constitui patrimônio histórico e artístico nacional o “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. No entanto, apesar do Artigo apontar que a conservação dos bens móveis e imóveis deveria ser ou até mesmo partir do interesse público e estar vinculado a fatos memoráveis da história do Brasil, ao estudarmos a trajetória política e institucional do IPHAN, principalmente, nas três primeiras décadas de sua existência, percebemos que a população não participava tão ativamente desse processo, ou seja, não opinava acerca de quais bens eram passíveis de serem memoráveis, quais bens realmente teriam valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico e artístico para o interesse público.

Diante disso, observamos que um grupo de intelectuais modernistas é que tinham o “discurso autorizado” para dizerem se um bem cultural era passível ou não de ser representativo para a memória nacional e cultural do povo brasileiro. E hoje, mais do que antes, sabemos que a cultura brasileira é extremamente diversa, ela não é uma cultura homogênea.

Nesse primeiro momento, no período de gestão do Rodrigo Melo Franco de Andrade, foram realizados significativos tombamentos de bens materiais que, de acordo com tais intelectuais, eram representativos para a nossa memória e cultura, geralmente, eram bens que apresentavam uma arquitetura colonial e/ou expressões artísticas ligadas ao período barroco.

Por falar em memória, devemos pensar nas linhas editoriais do IPHAN e os meios de comunicação que foram ou são utilizados pela Instituição como “lugares da memória”, como aponta Pierre Nora (1993), ou seja, além de selecionar algo representativo para a população, tais meios são espaços que guardam, informam e/ou divulgam o patrimônio cultural.

Vamos falar agora da “menina dos olhos” do IPHAN, ou seja, da Revista do Patrimônio, que muitos de vocês já conhecem. Editada a partir de 1937, assim como as Publicações do SPHAN, a Revista do SPHAN ou a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional traz contribuições acerca do período Barroco Brasileiro. Durante muitos anos, a Revista constituiu-se de artigos e ensaios sobre discussões acadêmicas voltadas para um público formado por “especialistas” ou “interessados” no tema do patrimônio cultural.

A partir da década de 1980, a edição do periódico passou a trabalhar com uma abordagem mais multidisciplinar e de diálogo com vários setores da sociedade e, a partir de 1994, passou a ser temática, ou seja, organizada por artigos sobre um mesmo assunto.

Apesar do espaço editorial da Revista ter sido aberto, nas últimas décadas, para uma abordagem mais multidisciplinar e de diálogo com vários setores da sociedade, percebemos que continuou sendo um local para a produção e divulgação de artigos científicos de estudiosos em campos bem específicos do conhecimento.

Além disso, assim como as Publicações Especializadas, a Revista do Patrimônio deve ser percebida como um espaço de disputas políticas e intelectuais e para a preservação da memória cultural. Além disso, também como um âmbito de disputas porque em suas páginas eram defendidas ideias de um determinado grupo de intelectuais ou estudiosos que detinham um saber específico a respeito das discussões e técnicas que envolvem a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

O BOLETIM SPHAN/FNpM

O Boletim da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional pró-Memória surgiu no mesmo ano em que Aloísio Magalhães iniciou suas atividades como secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e presidente da Fundação Nacional pró-Memória (SPHAN/FNpM), em 1979.

Podemos dizer, resumidamente, que o período de gestão de Aloísio Magalhães foi marcado por modificações político-institucionais, como a transformação do IPHAN em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a criação da Fundação Nacional pró-Memória (SPHAN/FNpM), pela emergência de novas formas de preservação, pela preocupação das publicações do IPHAN em atingir um público mais abrangente e pela discussão a respeito do próprio conceito de patrimônio cultural. Percebemos, assim, que o Boletim SPHAN/FNpM surgiu como uma ferramenta ou meio de comunicação importante para a divulgação e promoção das ações institucionais do IPHAN e para a compreensão de um período do órgão repleto de questionamentos em relação às suas práticas, como também, para a reformulação de alguns conceitos.

Além disso, observamos que o Boletim surgiu em um contexto de discussões sobre a redemocratização política do nosso país, sobre a democratização da comunicação e de busca da identidade nacional por meio dos valores peculiares de cada cultura.

Na gestão de Aloísio Magalhães, ao contrário do primeiro momento da instituição em que se valorizavam os monumentos, as edificações, havia mais discussões e o desenvolvimento de trabalhos de cunho mais popular. Neste momento, “desperta-se o olhar” para as manifestações artísticas, para as manifestações culturais, ou seja, para o patrimônio imaterial.

Além de divulgar os trabalhos executados pela instituição, como toda publicação institucional geralmente faz, o Boletim apresentava uma linha editorial diferente da Revista do Patrimônio. Apresentava um conteúdo mais informativo, ou seja, jornalístico. Além disso, estava inserido em outras ações da época que visavam a participação ou o estabelecimento de um processo comunicativo com as comunidades envolvidas nas ações de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural. Segundo a ex-editora-chefe do Boletim SPHAN/FNpM, Maria de Lourdes Castro Oliveira, a capa do primeiro número, que é um mosaico de manifestações artísticas ou culturais diversas, reflete esta ideia.

Por meio do Boletim, a população era convidada a participar das discussões que envolviam o patrimônio cultural. Ele era dividido em editorias ou seções que ofereciam espaços para a população participar, opinar, ou seja, era

composto por pequenas reportagens de fácil leitura, expressando as ideias dos componentes do sistema federal de preservação do patrimônio cultural em notas, editoriais, artigos, entrevistas. Além disso, divulgava para a população e os funcionários públicos os fatos e atos da gestão de Aloísio Magalhães e dos demais secretários que o sucederam, como também as ações e os projetos desenvolvidos pelos técnicos da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional pró-Memória (SPHAN/FNpM) em diversas regiões do Brasil.

Dentre as seções ou editorias em que percebemos maior participação popular, destaca-se a Seção Cartas. Nesta seção eram publicados trechos das cartas que eram enviadas por educadores de escolas públicas e privadas de diferentes níveis (da educação infantil ao ensino superior), por gestores públicos, produtores, artistas de diversos setores culturais, entre outros, parabenizando o conteúdo da publicação, bem como apontando demandas de trabalho para o IPHAN.

Havia ainda seções como: Notícias ou Noticiários; Seminários, Cursos e Palestras que, também, podem ser consideradas como espaços para a participação da comunidade nos processos comunicativos e, acima de tudo, para a democratização de informações sobre a política da instituição, sobre suas ações e projetos, suas perspectivas atuais e futuras.

Além da circulação em nível nacional, o Boletim SPHAN/pró-Memória era encaminhado para outros países, principalmente para instituições culturais e universitárias da América Latina. Dessa forma, mostrava que, além de tentar sensibilizar a comunidade e diferentes profissionais para a importância da preservação do patrimônio cultural brasileiro, o Boletim contribuía para a democratização de informações sobre o tema e/ou para despertar o interesse da população pelas práticas preservacionistas.

Ao contrário da Revista, a distribuição de todos os números do Boletim sempre foi feita de forma gratuita para os interessados. Existia no âmbito da Fundação Nacional pró-Memória uma reserva técnica com milhares de exemplares do Boletim para atender às pessoas e/ou instituições nacionais e

internacionais que solicitavam, por meio de cartas, telegramas ou telefone as edições que estavam faltando em suas coleções.

O PORTAL DO IPHAN NA INTERNET

Por ser um direito humano, a comunicação não pode ser tratada como um bem isolado de outros direitos garantidos constitucionalmente. Tanto é que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 10 de dezembro de 1948, no Artigo 19, defende que “todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras”.

Temos, também, Artigos na Constituição Federal, de 1988, que se referem à necessidade das instituições públicas em divulgar informações e fazer com que as pessoas, de forma individual ou coletiva, tenham acesso a elas. A lei 12.527/2011, que trata do Acesso à Informação Pública, é uma legislação representativa nesse processo, pois é uma forma de tentar aproximar a população das discussões institucionais, governamentais ligadas às repartições públicas.

O uso da internet pela administração pública brasileira ocorreu a partir da década de 1990. Na administração pública federal, o uso de tais tecnologias ganhou espaço mediante uma estrutura institucional e informacional com ênfase nas iniciativas voltadas para o uso da internet no exercício da cidadania.

A página do IPHAN na internet teve seu início no ano de 1996, como parte das ações desenvolvidas para cumprimento do acordo estabelecido entre ministros da Cultura dos países da América do Sul e do Caribe, em encontro realizado para a montagem de um Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIC).

Após aproximadamente sete anos do início da implementação da página do IPHAN na internet, os coordenadores da instituição sentiram a necessidade de sua atualização, principalmente dos aspectos relacionados à tecnologia utilizada, à modernização e ao gerenciamento das estações de trabalho. Em 2005, coube à

Coordenação-Geral de Promoção a gestão do *Portal* do IPHAN na *internet*, com o objetivo de democratizar e tornar mais ágeis as informações, bem como dar mais visibilidade ao Instituto.

Durante o momento de leituras e pesquisas para o desenvolvimento da minha dissertação, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), que estava vinculada ao Departamento de Planejamento e Administração do IPHAN, era responsável pela manutenção do Portal, enquanto a gestão do conteúdo dos sítios do IPHAN (*internet* e *intranet*) era realizada pela Coordenação-Geral de Difusão e Projetos do Departamento de Articulação e Fomento (Cogedip/DAF), em parceria com a Assessoria de Comunicação do Gabinete (ASCOM).

De acordo com informações divulgadas em relatórios e documentos institucionais do IPHAN, da época, algumas mudanças já foram realizadas no site, porém, existiam aquelas que ainda não estavam disponíveis aos técnicos e ao público por estar em fase de testes e homologação pelo DAF e pela Assessoria de Comunicação do IPHAN.

É preciso ressaltar que desde a sua implementação, o Portal do IPHAN tem passado por algumas avaliações e modificações técnicas e estruturais. Hoje, o visitante ou usuário do site encontra informações textuais e iconográficas sobre a inauguração de obras, exposições, encontros, projetos, editais, concursos, lançamento de publicações, parcerias e convênios providos pelo Instituto, pelas unidades especiais, superintendências estaduais e pelos escritórios técnicos.

Além disso, são divulgadas informações que dizem respeito às ações políticas do governo federal e do órgão, como resoluções do Ministério da Cultura e da Educação, da UNESCO, da Diretoria do IPHAN, do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, da Procuradoria Federal, dos Departamentos e das Coordenações. Como vocês podem notar, a *homepage* do IPHAN apresenta algumas características similares ao conteúdo do Boletim SPHAN/pró-Memória.

De acordo com Sorj (2004, p. 13), o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) é um “universo que possui tanto o potencial para reconstruir o mundo, no sentido de uma maior liberdade social, quanto o de levar ao aprofundamento da desigualdade e a novas formas de concentração do poder”.

A partir da afirmação do autor podemos dizer que, mesmo que o IPHAN e outros órgãos governamentais disponibilizem informações referentes às suas ações e estratégias de forma clara e acessível nos meios eletrônicos ou virtuais, se a sociedade não tiver acesso a essa tecnologia ou domínio para utilizá-la, o caminho para a construção da cidadania e para a divulgação institucional não serão totalmente atingidos. Além do mais, mesmo que a sociedade tenha acesso e/ou domínio a tais tecnologias da informação e comunicação, isso ainda não é um aspecto promotor por si só dos direitos à cidadania e da promoção institucional, pois a sociedade tem que estar disposta a entender e controlar essas tecnologias e ter interesse pelo acesso à informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As publicações institucionais do IPHAN e, também, de outras instituições culturais são espaços de nítida importância para o processo de seleção, de construção e de preservação das memórias culturais. No caso do Instituto, as linhas editoriais ou os meios de comunicação foram inicialmente utilizados para consolidar uma perspectiva bastante particular acerca do que seria o patrimônio cultural representativo na memória dos brasileiros. Tais meios editoriais foram utilizados pelos gestores e intelectuais do patrimônio para divulgar ou tratar de assuntos extremamente específicos. Observamos que essas publicações foram, também, utilizadas para demarcar posições e disputar espaços políticos.

No entanto, é preciso reconhecer que tais meios, sejam eles impressos ou digitais, além de contribuírem para a construção das memórias culturais, são espaços para a estruturação de uma sociedade fundada em uma cultura democrática e baseada nos direitos humanos. Por meio do uso de tais recursos pode-se estabelecer uma aproximação entre diversos atores. Podemos aproximar a nossa cultura com a de outros povos e a partir dessa aproximação existir processos de identificação e de valorização da cultura do outro. A internet nos permite isso, pois por meio dela temos acesso à cultura de diferentes povos em distintas regiões do globo e, inclusive, podemos aprender mais sobre a nossa própria cultura.

Os meios de comunicação podem ajudar a divulgar e a valorizar o conhecimento dos diversos grupos, além de ser um recurso indispensável para o processo educativo, pois forma opiniões e são capazes de sensibilizar e incentivar determinados comportamentos, valores e crenças e, claro, divulgar o patrimônio, as diversas manifestações culturais e artísticas de um povo.

Para finalizar, observamos que as Publicações Especializadas, a Revista do Patrimônio, o Boletim SPHAN/FNpM e o Portal do IPHAN na internet são meios de comunicação institucionais com propostas e linhas editoriais diferentes, mas que se complementam, pois são uma referência para quem busca compreender a produção artística e cultural brasileira e os trabalhos executados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde a sua criação, em

1937, até os dias atuais. No caso do IPHAN, a criação e a utilização de meios ou ferramentas de comunicação e informação são importantes, porém é preciso pensar também em formas de estimular o acesso e o interesse do cidadão para que eles se apropriem de tais meios e do conteúdo divulgado pela instituição.

QUESTIONAMENTOS DO PÚBLICO PARTICIPANTE DA WEBCONFERÊNCIA

Pensar na mídia como um instrumento indispensável para o processo educativo. Nesse sentido, o ato de educar, subsidiado pela mídia, principalmente televisiva, corre o risco de ser visto como uma imposição cultural?

Não necessariamente, pois a partir do momento que você utiliza qualquer instrumento de comunicação, independente dele ser audiovisual ou impresso você tem que pensar, também, no potencial pedagógico do uso desse recurso. Deixe-me explicar melhor essa questão, não se trata de uma imposição cultural, pelo contrário, hoje, a partir do uso ou acesso facilitado a alguns conteúdos veiculados ou exibidos em determinados suportes midiáticos conseguimos mostrar para os nossos alunos uma diversidade cultural ou de culturas. Além disso, os próprios grupos se utilizam desses recursos para preservar e divulgar sua arte e sua cultura, não com um propósito de imposição e sim como uma forma de divulgação ou de identificação, ou seja, para que as pessoas apreciem, conheçam, valorizem ou se identifiquem com aquela manifestação cultural. O bom uso ou o mau uso desses recursos dependem da forma como cada educador pretende utilizá-los, ou seja, depende, também, do olhar pedagógico de cada professor.

Há algum controle do IPHAN sobre as publicações dentro do foco cultural? Digo na divulgação de materiais pedagógicos (livros didáticos, dentre outros).

O IPHAN sempre teve uma política de produção e incentivo à produção de publicações relacionadas ao campo da cultura e do patrimônio cultural. A maior parte dessas publicações é doada para as bibliotecas e outros centros educativo-

culturais espalhados pelo Brasil e fora dele, como escolas, universidades, pontos de cultura, entre outras instituições. Até onde sei, o IPHAN nunca impediu ou controlou o tipo de publicação dentro do foco cultural, pelo contrário, além das publicações que eles produzem como resultado dos trabalhos e pesquisas desenvolvidos pelos técnicos, eles também incentivam e financiam a produção de outros trabalhos realizados por pesquisadores.

Na sua opinião, em qual das fases da "vida" do IPHAN a participação popular se deu de forma mais visível?

O período da gestão de Aloísio Magalhães foi emblemático, representativo nesse processo por meio do Boletim SPHAN\Pró-Memória. No entanto, hoje, pela possibilidade do uso de diversas plataformas midiáticas ou interativas, a população pode participar, interagir e conhecer com mais afinco os trabalhos realizados pela instituição em um espaço e tempo reduzidos pelo uso da internet, por exemplo.

Como o IPHAN poderia divulgar os dados fornecidos nos relatórios de licença ambiental, no qual o levantamento do patrimônio cultural é uma exigência? Como a Secretaria da Cultura poderia se beneficiar destes dados, já que várias festividades de relevância cultural não constam no calendário de Goiás?

Nesse caso, a Secretaria poderia emitir um documento solicitando o acesso a tais dados. Além disso, podem ser realizadas presencialmente pesquisas nos próprios arquivos das superintendências. Nos arquivos do IPHAN há processos, os levantamentos, os dossiês, entre outros materiais e documentos institucionais. Tem documentos que não podem sair de dentro da instituição, como em qualquer outra instituição pública ou privada, mas não há impedimentos para a realização de pesquisas dentro do seu espaço físico.

Você acredita que o IPHAN está realmente presente nas comunidades ditas periféricas e sem oportunidades? De que forma você acredita ou não?

A partir da última década isso se tornou mais visível, ou seja, há mais pesquisas, profissionais e departamentos no próprio IPHAN pensando nessas comunidades.

Hoje há parcerias sendo realizadas nas diversas instâncias administrativas para que se desenvolvam mais trabalhos neste aspecto. Além disso, os próprios editais e prêmios, como o “Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade”, do IPHAN, a cada ano beneficia e apoia ações ou projetos desenvolvidos com ou para essas comunidades ditas periféricas ou marginalizadas.

Além da participação meramente consultiva dos grupos sociais, existe efetivamente a possibilidade de participação deliberativa da própria sociedade na atuação do IPHAN?

Depende muito da ação ou da intervenção que se pretende participar. No entanto, hoje é praticamente a comunidade, os grupos culturais que propõem para o IPHAN o Registro ou o Tombamento de um bem ou o reconhecimento daquela manifestação cultural. Além disso, existem as audiências públicas onde a população pode opinar e deliberar sobre as diversas instâncias da vida cultural da sua cidade ou região.

Acho que não fui muito claro na minha pergunta. Quando perguntei sobre a participação da comunidade, não queria me referir apenas à indicação de bens passíveis de proteção, mas à política de atuação da instituição.

A abertura é pequena e pelo que me lembro nas legislações que estão em vigor não há impedimentos para que a população participe da construção de políticas públicas ligadas ao patrimônio cultural. No entanto, tais legislações também não deixam claro como são as formas de participação da comunidade nestas questões. Para sabermos mais sobre este assunto precisamos recorrer a Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio do IPHAN.

Sabemos que a cultura é dita como uma arte elitista. O que devemos fazer para popularizar o processo cultural, valorizando e expandindo o próprio IPHAN?

Não só valorizando e expandindo as ações do IPHAN, mas também de outras instituições culturais. Aliás, os meios de comunicação têm um papel importante nisso, pois podem ajudar a popularizar a arte e a cultura brasileira. No entanto, só eles não bastam, pois é preciso pensar em políticas públicas culturais coerentes

com a realidade e as necessidades de cada região ou município com a finalidade de popularizar o processo cultural.

Seria muito interessante que as ações de salvaguarda do IPHAN pudessem contribuir mais intensamente com as questões de patrimônio referentes a outras esferas públicas, como é o caso dos assentamentos criados pelo INCRA, por exemplo, que muitas vezes removem comunidades tradicionais inteiras para locais aleatórios, desrespeitando seus modos de fazer e viver, no âmbito do patrimônio imaterial. Qual sua opinião sobre questões como essa?

Concordo com você, no entanto, uma questão ou situação como essa exige mais diálogo entre as esferas públicas em âmbito municipal, estadual e federal, pois qualquer decisão nesse sentido não se toma sozinho.

Excelente o trabalho do IPHAN com as crianças que, certamente, tendo acesso às informações poderão usufruir mais do patrimônio cultural. Mas como podemos (re)significar os valores daqueles que não tiveram a possibilidade de acesso a nenhuma informação e que hoje não visualizam significado algum e por isso ignoram o patrimônio cultural?

Essa é sem dúvida uma das maiores dificuldades do IPHAN. No entanto, ele tem tentado sensibilizar as pessoas por meio dos filhos, netos ou simplesmente indo até a casa delas para explicar a importância da preservação de determinado imóvel ou bem cultural. É um trabalho de “formiguinha”. Por isso, também, que é importante o Ministério da Cultura trabalhar com o Ministério da Educação e da Comunicação a fim de desenvolver estratégias, programas, projetos e ações conjuntas que pretendem valorizar e aproximar essas pessoas à cultura regional e nacional.

Qual a sua opinião de levar para as grades escolares a matéria sobre o Patrimônio Cultural? Porque as escolas trabalham esse tema somente nas semanas culturais, como exemplos: as catiras, o folclore, etc.

É de fundamental importância que se tenha na grade curricular da educação infantil até a faculdade uma disciplina voltada para o reconhecimento e valorização do Patrimônio Cultural. Acredito que as escolas optam por trabalhar este tema apenas em datas comemorativas ou semanas culturais por se tratar de um assunto que ao longo dos anos foi visto como algo sem muita importância e

por simplesmente não “sobrar espaço” nas grades ou projetos políticos pedagógicos dos cursos ou anos escolares, já que o próprio Ministério da Educação e muitas escolas adotam uma perspectiva de ensino mais formal.

Ultimamente, pelo menos no âmbito do Estado de Goiás, percebemos que os órgãos de Proteção ao Patrimônio Cultural não dialogam entre si. Há, na verdade, uma política de empurra: "Nós, IPHAN, não temos responsabilidade, pois esse bem é representativo apenas em âmbito regional, local". Ou o estado argumenta que é de interesse do município. E dessa forma, a unidade federativa mais frágil (o município) fica com a responsabilidade exclusiva dos patrimônios. Está sendo pensado um Sistema Nacional Setorial de Patrimônio Cultural para que haja soma de forças ao invés de divisão?

O próprio Plano Nacional de Cultura destaca a importância dessa “soma de forças” que você apontou. Para que o Plano Nacional de Cultura seja colocado em prática, seja implementado, é preciso que o município, o estado e o governo federal trabalhem juntos.

Até que ponto o IPHAN se aproxima das escolas públicas ou particulares? Por exemplo, no meu estado, Tocantins, não existe uma ligação próxima com as faculdades e com as escolas. O projeto de disseminação de ideias e informação, aqui, ainda precisa ser repensado, principalmente, pelo IPHAN. Em outros estados é diferente?

Em alguns estados, ainda, não há superintendências regionais do IPHAN, escritórios técnicos ou simplesmente foram criados recentemente, isso talvez possa ser visto como indicadores que impedem uma maior proximidade do Instituto com as escolas, universidades, etc. Além disso, não podemos esquecer que o IPHAN é uma instituição pública e que, assim como as outras, tem o quantitativo de profissionais reduzido pelas demandas e necessidades de trabalhos que devem ser desenvolvidos cotidianamente. O IPHAN não é diferente, ele sofre com isso, existe a necessidade de contratação de mais profissionais para realizar um trabalho mais efetivo.

Quero aproveitar o momento para dizer que sinto falta na Especialização, e também neste ciclo de webconferências, de referências ao IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus, criado em 2009, para substituir o IPHAN nos cuidados com os museus e processos museais do país. A criação desta autarquia do Ministério da Cultura (a única do Ministério, juntamente com o IPHAN) marca importante momento da política cultural do nosso país e relaciona-se a um novo significado e papel atribuídos ao IPHAN.

É verdade. Antes da criação do IBRAM, os museus também eram administrados pelo IPHAN. Foi extremamente oportuno e necessário a criação de um instituto que trabalhe ou se dedique às questões relacionadas à preservação da memória, como os museus, arquivos.

Aqui em Brasília é uma verdadeira "guerra" entre o IPHAN, o governo e o povo, pois o tombamento da cidade em si faz com que ela fique meio engessada. Quando o governo quer ou o poder do capital pressiona, as alterações são feitas, mas quando o povo quer algo mais bem cuidado pela preservação em si, o IPHAN desaparece e, muitas vezes, diz que nada pode ser feito, pois o bem está tombado. Tombado? O que você diria sobre este caso corriqueiro por aqui?

Esta é uma questão complicada, pois envolve os seguintes aspectos: corrupção, gastos públicos e interesses econômicos, falta de uma boa gestão ou administração pública, entre outros. Por causa do tempo, não discorrerei detalhadamente sobre cada um. Além disso, estamos cansados de saber o que eles podem significar ou indicar, principalmente, no âmbito das esferas públicas. O IPHAN, enquanto instituição responsável pela preservação do patrimônio do país, deve primar por esta ação, ou seja, pela salvaguarda e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, afinal, esta é a razão de ser, de existência dessa instituição. Não faz sentido ela não cumprir ou descumprir suas ações e obrigações institucionais por pressões políticas ou por capital "extra".

REFERÊNCIAS

DIAS, Welbia Carla. *Boletim SPHAN/próMemória: Um espaço de comunicação do patrimônio cultural*. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, Minc/Iphan, 2005.

NAKAMUTA, Adriana. *O historiador da arte no Iphan e as contribuições para a historiografia da arte no Brasil*. Relatório de Pesquisa do Programa de Especialização em Patrimônio. Rio de Janeiro: Iphan/UNESCO, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 7-28, 1993.

SANTOS, Raphael Bispo dos. Selecionar, disputar e conservar: práticas de comunicação social e constituição da memória nacional pelo Iphan. *Revista CPC*, São Paulo, n. 11, p. 33-59, 2010.

SORJ, Bernardo. *A luta contra a desigualdade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

Legislação:

BRASIL. Constituição (1988). Capítulo V, da Comunicação Social, Artigo 220 e Capítulo I dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, inciso XXXIII. Acesso em: 02 Ago. 2014.

BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Promulgada pela resolução 217, em 10 de dezembro de 1948, Artigo 19. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 02 Ago. 2014.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 02 Ago. 2014.